

# Desafio da reforma do ensino é dar função ao 2º grau

BRASÍLIA — Descobrir a vocação do ensino médio — que não prepara para a universidade nem para o mercado de trabalho — é o grande desafio da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, dedicada a sugerir um novo texto para a Lei de Diretrizes e Bases a partir de anteprojetos apresentados por parlamentares, pelo governo e por entidades educativas. O deputado Jorge Hage (PSDB-BA), relator do substitutivo da Lei, identifica no ensino médio (o chamado segundo grau) o nó de toda a estrutura: "É o calcanhar de Aquiles. Quando resolvermos isso, todos os graus de ensino estarão solucionados".

A formação politécnica, dando aos jovens de 15 a 18 anos a noção do que seja ciência básica e facilitando sua aplicação no processo produtivo — é, segundo o relator da Comissão, a mais inovadora proposta de mudança estrutural da educação em análise. Há uma sugestão mais radical para o ensino médio: a criação da escola unitária, uma tentativa de superar a diversidade de escolas que preparam diferentes tipos de homens para exercerem diferentes papéis na sociedade".

Segundo essa proposta, a diversidade é a culpada pela desigualdade na escola da sociedade capitalista. Esta sugestão, entretanto, não deverá constar do projeto que o relator pretende situar "num meio termo". A função politécnica da escola média é defendida, entre outros especialistas, pelos professores Lucília Machado de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais; Dermeval Saviani, da Universidade de Campinas; e Cássia Zurger, da Universidade Federal do Paraná. O debate sobre o ensino de nível médio está fervendo na Comissão.

Aprovada uma nova lei de diretrizes e bases para a educação, fica revogada a atual legislação educacional composta de sucessivas reformas do ensino: Lei 4024, de 1961, das Diretrizes e Bases; Lei 5540, de 1968, da Reforma Universitária; Lei 5692, de 1971, da Reforma do Ensino Fundamental e Médio; Lei 7044, de 1982, de Nova Reforma do Ensino Médio, e vários decretos, decretos-lei, resoluções, portarias e atos em geral que regulamentam a educação ao longo dos anos.

Para elaborar a Lei, foi criada uma comissão especial dentro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a coordenação do deputado Florestan Fernandes e tendo Jorge Hage como relator. Ele está ouvindo todos os órgãos e entidades que congregam pessoas da área de educação — estudantes, professores, funcionários, reitores, secretários de educação, empresários, governo — e já recebeu pelo menos 20 projetos completos para a nova Lei de Diretrizes e Bases. Esta semana, a Comissão encerra o período de audiências públicas. O relator espera entregar seu substitutivo até o final do mês.

O projeto a ser proposto pelo Ministério da Educação ainda é uma incognita quanto à forma. Os membros da Comissão não sabem se, hoje, ao ser ouvido, o ministro Carlos Sant'Anna o entregará como mais uma sugestão ou se o governo vai apresentá-lo como proposta do executivo ao Congresso Nacional, para ser votado ao lado de outros de iniciativa de parlamentares que serão, todos, considerados no substitutivo. O conteúdo da proposta do governo, entretanto, já é conhecido informalmente e está agradando.

**CFE X MEC** — O projeto do Ministério, elaborado por uma comissão do governo, não altera as funções do ensino, mas mexe na organização do sistema. Para começar, reformula toda a composição do Conselho Federal de Educação, que passa a ter 30 membros indicados por uma forma mais democrática do que a em vigor, com representantes das entidades de classe, da sociedade, do governo, e acaba com os mandatos dos atuais conselheiros. Isso, realmente, foi a bomba que levantou uma poeira não contida pelo ministro Carlos Sant'Anna até ontem à noite.

O presidente do CFE, Fernando Gay da Fonseca, não se conforma com um projeto assim. A sugestão do CFE é manter a organização do ensino, suas funções e a administração, tal como se encontram hoje. Inclusive, sem perder nenhuma das atribuições hoje desempenhadas pelo Conselho, entre elas a de organizar os currículos mínimos dos cursos. "É pré-histórico", define um assessor da Comissão.